

Entre o Altar e a Escola: A Evolução das Instituições Femininas e a Influência da Igreja na Educação das Mulheres no Brasil

Between the Altar and the School: The Evolution of Women's Institutions and the Influence of the Church on Women's Education in Brazil

Karina Estela Costa¹
Sauloéber Tarsio de Souza²
Adriana dos Santos Prado Sadoyama³

69

Resumo: Este estudo investiga a evolução das instituições escolares femininas no Brasil, com foco na influência da Igreja Católica e Protestante desde o período colonial até o início do século XX. O objetivo é mapear a trajetória dessas instituições, analisar o papel da Igreja como agente conservador e transformador, e explorar a feminização do magistério. Utilizando análise histórica e documental, os resultados mostram avanços na inclusão educacional feminina, apesar de limitações conservadoras. Inicialmente, a educação feminina era restrita a conventos e recolhimentos católicos, focando na formação moral e religiosa. No Império, a Lei de 1827 e o surgimento de escolas mistas representaram avanços, mas mantinham limites patriarcais. As missões protestantes introduziram novas práticas pedagógicas que, embora religiosas, ofereciam uma educação mais abrangente. As escolas normais impulsionaram a feminização do magistério, refletindo mudanças sociais e lutas pela igualdade de gênero. Utilizando o conceito de institucionalização de Saviani (2008, p.28), o estudo analisa a transformação de práticas educativas informais em sistemas formalizados e estruturados, destacando seu impacto na construção da sociedade brasileira. Conclui-se que a institucionalização da educação feminina formalizou processos que, embora conservadores, abriram novas possibilidades para as mulheres.

¹ Graduada em Educação Física (UFU). Mestre em Genética e Bioquímica (UFU). Professora do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-8573-7953>. Email: karinacosta@iftm.edu.br

² Graduado e Mestre em História (UNESP-Franca). Doutor em Educação (UNICAMP) e Estágio Pós-doutoral em História (UNIFESP). Professor do Instituto de História e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e do ProfHistória (UFU). Membro do NEPHE (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação), da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e da ANPUH-Minas Gerais. Coordenador do NEPFE-ICHPO (Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação) e da DIPAE-PROAE (Divisão de Promoção de Igualdades e Apoio Educacional). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9797-341X>. E-mail: sauloeber@gmail.com

³ Graduada em Pedagogia. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Catalão. Doutoranda no Programa de Pós- Graduação em Educação da UFU. Orcid: <https://orcid.org>

Recebido em 20/07/2024
Aprovado em: 22/08/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Palavras-chave: Educação feminina. Institucionalização. Igreja.

Abstract: This study investigates the evolution of female educational institutions in Brazil, focusing on the influence of the Catholic and Protestant Churches from the colonial period to the early 20th century. The objective is to map the trajectory of these institutions, analyze the role of the Church as both a conservative and transformative agent, and explore the feminization of teaching. Using historical and documentary analysis, the results show advances in female educational inclusion despite conservative limitations. Initially, female education was restricted to Catholic convents and shelters, focusing on moral and religious training. In the Empire, the 1827 Law and the emergence of mixed schools represented advances but maintained patriarchal limits. Protestant missions introduced new pedagogical practices that, although religious, offered a more comprehensive education. Normal schools propelled the feminization of teaching, reflecting social changes and gender equality struggles. Utilizing Saviani's (2008) concept of institutionalization, the study analyzes the transformation of informal educational practices into formalized and structured systems, highlighting their impact on the construction of Brazilian society. It concludes that the institutionalization of female education formalized processes that, although conservative, opened new possibilities for women.

Keywords: Female education. Institutionalization. Catholic.

1 Introdução

Este estudo explora a evolução das instituições escolares femininas e a influência significativa das Igrejas Católica e Protestante na educação no Brasil, desde o período colonial até o início do século XX. A educação das mulheres brasileiras foi profundamente moldada por uma série de desenvolvimentos históricos e sociais que determinaram tanto as oportunidades quanto os desafios enfrentados por elas. Entre esses fatores, a religião desempenhou um papel central, moldando os corpos e comportamentos femininos ao longo da história.

Para analisarmos a criação e o desenvolvimento das instituições femininas de ensino, é importante refletir sobre o conceito de instituições. Saviani (2008, p.28) ressalta que, embora a palavra "instituição" possa ter diversos significados, ela compartilha a ideia comum de algo criado e organizado pelo homem para atender a determinadas necessidades humanas permanentes que perduram no tempo histórico. Entretanto, nem toda necessidade gera uma instituição. Inicialmente, as necessidades são atendidas de maneira espontânea e difusa, e com a evolução da sociedade, a necessidade de uma abordagem mais organizada se torna evidente, levando à institucionalização de certas

atividades. Esse processo transforma práticas informais e espontâneas em sistemas formalizados e estruturados, responsáveis por funções sociais específicas.

Seguindo essa linha de pensamento, é importante indagar sobre a necessidade de se formalizar e institucionalizar a educação feminina dentro de um sistema conservador, questionando como essa formalização pode influenciar a transformação social e a igualdade de gênero, ou, alternativamente, manter as funções sociais específicas dessa sociedade. Se considerarmos a instituição como um constructo humano destinado a articular o disperso, educar, criar e estabelecer coesão em torno de procedimentos, sistemas, crenças ou doutrinas, podemos concluir que, ao longo do tempo, as instituições de educação feminina transitaram entre atender às necessidades específicas de formação moral e religiosa das mulheres, conforme a visão conservadora da Igreja, e uma longa busca por uma educação mais ampla, institucionalizada e emancipadora, que promovesse a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres. Nesse processo, a institucionalização está ligada a fatores como sistemas de crenças, contextos históricos, influências políticas e econômicas, e movimentos sociais, que desempenham um papel fundamental. Esses elementos moldam as instituições e determinam suas diretrizes e práticas educativas.

Almeida (2011, p.144) ressalta que “a religião, seja qual for a crença adotada, ocupa lugar determinante na vida humana e se insere na cultura de um povo ao incorporar o delineamento das identidades sociais e políticas; em nome das religiões, guerras foram travadas e civilizações dizimadas.” Essa observação nos leva a entender o uso da educação pela religião como uma ferramenta de dominação. Ao moldar crenças e valores dentro de um sistema educacional, a religião não só influencia comportamentos, mas também consolida estruturas de poder.

A educação e a religião no Brasil sempre estiveram intrinsecamente vinculadas, tanto por meio da Igreja Católica quanto das igrejas protestantes. A Igreja Católica desempenhou um papel predominante desde o período colonial até o início do século XX, sendo a igreja oficial do Estado até a Proclamação da República em 1889. Ao longo desse período, muitas instituições educacionais eram geridas por ordens religiosas católicas. Após a segunda metade do século XIX, igrejas protestantes também começaram a influenciar a educação, permeando-a com seus respectivos valores e ensinamentos.

Durante o período colonial, as instituições escolares femininas no Brasil eram escassas e limitadas principalmente a conventos e recolhimentos religiosos, fundados e administrados por ordens católicas. Essas instituições tinham como objetivo principal

educar as meninas dentro de uma perspectiva religiosa e moral, preparando-as para a vida doméstica e para o cumprimento dos papéis tradicionais de esposas e mães. Segundo Almeida (2007, p.89), “a ida das jovens aos conventos ou aos recolhimentos significava aprender a bordar, coser, fazer doces, ler, escrever e contar; um pouco de latim, música e história sagrada.”

Após a expulsão dos Jesuítas, as reformas pombalinas (1750-1777) introduziram a possibilidade de abrir escolas régias para meninas (CARRA, 2019, p.553). No entanto, essas iniciativas não obtiveram sucesso significativo devido, entre outros fatores, à escassez de mulheres alfabetizadas e qualificadas para atuar como professoras.

Com a transição do Brasil de colônia a império, ocorreram algumas mudanças significativas na educação feminina. A abertura de novas escolas e a chegada de influências liberais europeias começaram a desafiar, ainda que de forma limitada, o modelo educacional restritivo imposto pela Igreja Católica. Um marco importante nesse contexto foi a Lei Geral, promulgada em 15 de outubro de 1827, que determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Esta lei incluía, pela primeira vez, a previsão de escolas para meninas, “marcando o início de um sistema educacional feminino organizado e mantido pelo Estado brasileiro” (ROSA, 2020, p.72). Embora representasse um avanço na educação feminina, essa lei ainda não contemplava uma educação igualitária entre homens e mulheres e foi implantada de maneira lenta e irregular.

Além das iniciativas católicas, as escolas protestantes também desempenharam um papel significativo no desenvolvimento da educação feminina no Brasil. Com a chegada de missionários protestantes no século XIX, foram fundadas escolas que ofereciam uma educação mais ampla e diversificada. Essas instituições, seguindo o lema “para cada igreja uma escola”, além de focarem na formação moral e religiosa, proporcionaram às meninas um currículo mais abrangente e menos restrito aos papéis tradicionais de gênero. Segundo Almeida (2007, p. 33), “as escolas americanas protestantes chegaram em um momento histórico em que as tradições liberais, que tomavam corpo na província de São Paulo, pregavam a tolerância religiosa, o apoio à livre iniciativa e o ensino livre.”

Com a Proclamação da República e a consequente separação oficial entre Igreja Católica e Estado, as igrejas protestantes começaram a ganhar terreno no campo educacional. Essas instituições escolares, enquanto também vinculavam educação, moral e religião, introduziram perspectivas e práticas educacionais que se distinguiam das católicas, ampliando o panorama educacional no Brasil, como a implantação de escolas

para ambos os sexos. Embora Rodrigues (1962, p.170) relate que as primeiras escolas mistas tenham surgido em 1835, em Paranaguá e Ubatuba, foi somente após a Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, que essas instituições começaram a buscar espaço e se tornaram gradualmente mais comuns no sistema educacional brasileiro. As igrejas protestantes desempenharam um papel importante em sua relativa propagação; no entanto, a consolidação dessas escolas enfrentou grandes desafios, devido à resistência de uma sociedade predominantemente conservadora.

Os missionários norte-americanos, em que se considerem as ideias democráticas e libertárias de que estavam imbuídos, também eram movidos pelas mesmas medidas de economia de investimentos físicos e recursos humanos, porém tinham um discurso ideológico compatível com as lutas feministas que se processavam em seu país, acerca de igualdade de oportunidades educacionais para os dois sexos. As mulheres passaram a considerar as classes mistas como uma chance de oferecer às meninas a mesma educação que aos meninos, fornecendo-lhes maiores oportunidades educacionais e a possibilidade de exercer uma profissão, o que lhes traria mais liberdade individual (ALMEIDA, 2011, p.149).

Além das escolas mistas, regulamentadas pela Reforma Leôncio de Carvalho em 1879, outro marco importante para a educação feminina foi a propagação das escolas normais. Essas instituições tinham como objetivo principal formar professoras, refletindo um reconhecimento gradual da importância da educação feminina para a formação de novas gerações, mas ainda dentro de limites muito específicos e conservadores. As escolas normais preparavam as mulheres para serem educadoras, perpetuando a ideia de que seu papel principal na sociedade era cuidar e ensinar, mantendo as tradições e valores patriarcais vigentes.

Essas transformações evidenciam uma evolução lenta e gradual das instituições escolares femininas, que começavam a transitar da exclusividade religiosa e moral para uma abordagem um pouco mais ampla e secular, ainda que fortemente influenciada pelas normas e crenças patriarcais da época. Esse cenário preparou o terreno para futuras mudanças e demandas por uma educação mais inclusiva e igualitária, que se intensificariam no século XX.

Dessa forma, com base nos contextos históricos e nas transformações ocorridas na educação feminina, este trabalho investiga como as instituições escolares femininas ajudaram a formar e profissionalizar as mulheres dentro do ambiente educacional brasileiro. O artigo tem como objetivos mapear a trajetória dessas instituições, explorar o papel das Igrejas Católica e Protestante como agentes de conservação e transformação dentro do sistema educacional, e analisar a feminização do magistério, observando como essa

tendência se intensificou em resposta às transições políticas e às influências religiosas.

Pensando no conceito de institucionalização apontado por Saviani (2008, p.28), é importante examinar como a institucionalização da educação feminina, especialmente por meio das escolas normais, refletiu a transformação de práticas informais e espontâneas em sistemas formalizados e estruturados, responsáveis por funções sociais específicas, mantendo, entretanto, os valores conservadores.

2 Educação Feminina nas Ordens Religiosas: Cultura e Controle Social

A educação feminina no Brasil colonial, especialmente durante os primeiros séculos da colonização portuguesa, foi fortemente influenciada pelos jesuítas e pela fundação de conventos dedicados à educação das mulheres. Os jesuítas, que chegaram ao Brasil em 1549, inicialmente focavam na educação dos homens, mas sua influência indiretamente afetava as mulheres, principalmente através da catequização e da moralização conforme os preceitos católicos. Além dos conventos, os recolhimentos também funcionavam como lugares de reclusão para as mulheres. Segundo Lage (2016, *apud* ALGRANTI, 1999), conventos e recolhimentos eram semelhantes, diferenciando-se em seu aspecto legal e na condução dos votos proferidos pelas reclusas. Para os recolhimentos funcionarem, era necessária apenas uma licença episcopal, enquanto os conventos precisavam de uma ordem papal e da aceitação da ordem religiosa na qual a instituição desejava ingressar. Além dessas diferenças, “os recolhimentos podiam abrigar mulheres de variada qualidade e condição, enquanto os conventos recebiam, geralmente, mulheres da elite colonial” (LAGE 2016, *apud* ALGRANTI, 1999).

Lage (2020, p.51) observa que a facilidade de obter uma licença episcopal para iniciar o funcionamento dos recolhimentos resultou em um número maior dessas instituições em comparação aos conventos durante o período colonial. A obtenção da autorização real frequentemente demorava mais tempo, levando muitos recolhimentos a operar informalmente. Problemas com as autorizações podem ter feito com que outros recolhimentos existissem sem registro oficial, tornando-os invisíveis. Até o momento de sua pesquisa, Lage identificou 23 recolhimentos e seis conventos no período colonial, dos quais três recolhimentos foram posteriormente transformados em conventos.

Embora os conventos tenham sido os primeiros locais de instrução para mulheres, é importante perceber que tinham um viés ambíguo. Segundo Carra (2019, p.552),

no Brasil, os conventos são datados a partir do século XVII e revelam-se

como espaços dúbios, podendo representar tanto prisão e castigo, como fuga de destinos previamente previstos para as mulheres da época (casamento nem sempre desejado, maternidade, pouca ou nenhuma instrução). São espaços femininos, em que muitas de suas habitantes foram trancafiadas e para onde muitas mulheres foram impedidas de seguir.

Lage (2020, p.676) ressalta a importância de se entender os conventos e os recolhimentos como instituições educativas. Para a autora,

[...] poucos pesquisadores observam que o funcionamento dessas instituições esteve permeado por atividades educativas. Os conventos propunham uma educação mais voltada para a constituição da religiosidade das mulheres que lá habitavam, e os recolhimentos buscavam, cada vez mais, uma educação do tipo escolar. Para além das especificidades, é necessário salientar a necessidade de se observar as semelhanças e diferenças entre essas instituições e perceber que a educação está imbricada nas suas práticas. É necessário pensar os conventos e recolhimentos da América Portuguesa não somente aos olhos de uma História da Igreja ou de uma História das Mulheres, mas refletir que esses espaços se constituíam enquanto instituições educativas e, portanto, possíveis de serem analisadas por meio do horizonte teórico do campo da História da Educação.

75

Considerando essas instituições religiosas como educativas, podemos perceber que a educação das mulheres se estendia à instrução e à devoção religiosa, além das formas de repressão e controle em uma sociedade onde, segundo Araújo (2022, p.46), “já que a mulher partilhava da essência de Eva, tinha de ser permanentemente controlada.” Lage (2016, p.52) aponta que o enclausuramento de mulheres nas instituições religiosas não se restringia ao exercício da devoção; era também utilizado como punição para mulheres infratoras, além de servir como abrigo para mendigas, pobres e mulheres da nobreza e alta burguesia sem proteção masculina ou dote para o casamento.

Assim, a educação feminina nas ordens religiosas durante o período colonial no Brasil desempenhou um papel crucial e multifacetado. Enquanto esses conventos e recolhimentos ofereciam instrução religiosa e habilidades domésticas, também serviam como ferramentas de controle e repressão social, refletindo as normas patriarcais da época. A análise de Lage (2016, 2020, p.676) e Carra (2019, p.552) destaca como essas instituições foram espaços de ambiguidade, simultaneamente locais de formação e punição. Considerando o conceito de instituição de Saviani (2008, p.28), que ressalta a organização das necessidades humanas permanentes em sistemas formalizados e estruturados, podemos entender como os conventos e recolhimentos se institucionalizaram para atender tanto à formação religiosa quanto ao controle social das mulheres. Reconhecer a complexidade dessas instituições e seu impacto na formação das mulheres brasileiras é essencial para entender as dinâmicas sociais e culturais que perduram até hoje. Portanto,

esses espaços não devem ser vistos apenas sob a perspectiva da História da Igreja ou da História das Mulheres, mas também como importantes instituições educativas dentro do campo da História da Educação.

3 Educação Feminina no Império: A Lei de 1827, Escolas Católicas e o Início das Escolas Mistas

Durante o período imperial brasileiro, a educação feminina passou por mudanças significativas que refletiram as transformações sociais e políticas da época. A educação das mulheres começou a se expandir lentamente com a criação de escolas públicas e privadas, influenciadas por novas legislações e pela crescente demanda por educação formal.

Um marco importante na história da educação feminina no Brasil foi a promulgação da Lei de 15 de outubro de 1827, também conhecida como Lei das Escolas de Primeiras Letras. Esta lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, incluindo a previsão de escolas específicas para meninas. Embora a implementação dessa lei tenha sido lenta e desigual, ela representou um avanço significativo ao reconhecer formalmente a necessidade de educação para as mulheres, abrindo novas oportunidades para o ensino feminino. Carra (2019, p.554) observa que “a distância entre o previsto pela legislação para a educação e a realidade foi uma constante durante o período imperial. Não houve investimento suficiente, na criação e na manutenção de escolas. Os gastos com a instrução eram considerados altos pelos governos provinciais, os quais, a partir dos meados desse período, encontraram, nas classes mistas, uma forma de atender à demanda por escolarização.”

A Lei de 1827 estabeleceu que as meninas deveriam receber instrução em leitura, escrita, aritmética e doutrina cristã, além de habilidades práticas como costura e bordado. Essa abordagem refletia a visão da época sobre o papel da mulher na sociedade, onde a educação era vista como uma ferramenta para formar boas esposas e mães, preparadas para cuidar do lar e da família.

Paralelamente à implementação das escolas públicas, surgiram também instituições privadas voltadas para a educação feminina. De acordo com Lage (2016, p.49), o primeiro colégio de congregações femininas em solo brasileiro foi o Colégio Providência das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, em Mariana - MG (1849). Segundo a autora,

[...] quando as primeiras congregações religiosas chegaram ao Brasil em meados do século XIX, estas propunham uma nova prática educativa, com a intencionalidade de escolarizar meninas para prepará-las não só para a vida religiosa, mas também para exercer funções de esposas e mães, ou até para atividades de trabalho, dentro do modelo católico pretendido naquele momento. Também buscavam o aprendizado das virtudes cristãs e a celebração de atividades devocionais, mas se diferenciavam por desenvolvê-las para as famílias católicas. Enquanto nos setecentos fechavam e mantinham as mulheres reclusas, nos oitocentos, estas eram preparadas para o mundo externo, em uma tentativa de fortalecer o catolicismo por meio de suas ações familiares.

A partir disso, muitos colégios de congregações femininas administrados por freiras foram implantados no Brasil, buscando oferecer uma educação moral e religiosa rigorosa, alinhada aos valores da Igreja Católica. Segundo Manoel (2010, p.53), a oligarquia paulista, enriquecida pela plantação e exportação do café, apresentava um comportamento contraditório. Embora adotasse a modernidade e o liberalismo na economia, financiava um modelo educacional conservador inspirado no jesuitismo do século XVI e no Concílio de Trento, através dos colégios femininos dirigidos pela Igreja, especialmente pelas irmãs francesas de São José de Chambéry. Apesar disso, essas escolas representaram um passo importante na expansão das oportunidades educacionais para meninas, especialmente aquelas de famílias abastadas que podiam arcar com os custos da educação privada.

Outra mudança importante no panorama educacional do Império foi o início das escolas mistas, onde meninos e meninas eram educados juntos. Embora Rodrigues (1962, p.170) relate que as primeiras escolas mistas tenham surgido em 1835, em Paranaguá e Ubatuba, foi somente após a Reforma Leôncio de Carvalho, em 1879, que essas instituições começaram a ganhar força, influenciadas por ideias liberais e progressistas que promoviam a modernização e a ampliação do acesso à educação de maneira econômica. Huhner (2011, p.469) aponta que, enquanto a coeducação continuava sendo vista como suspeita ou desaconselhável pelas elites brasileiras, ela era aceita por uma questão econômica, já que os custos do ensino separado eram elevados. Carra (2019, p.554) observa que, no final do período imperial, existiam classes mistas no Brasil oferecidas em escolas protestantes ou públicas. Apesar disso, a educação diferenciada por sexo continuava sendo estimulada, resultando em menores possibilidades para as meninas no mercado de trabalho e na ascensão social fora do casamento.

Dessa forma, a educação feminina no Império passou por diversas fases de transformação, refletindo as mudanças sociais e políticas da época. A promulgação da Lei

de 1827 e o surgimento de colégios católicos e escolas mistas foram marcos importantes que ampliaram as oportunidades educacionais para as mulheres, embora ainda dentro de limites conservadores e patriarcais. A análise dessas instituições revela a complexidade do processo educacional feminino e destaca a importância de refletir sobre o processo de constituição e modificação da educação feminina a fim de compreender melhor o papel da educação na construção da sociedade brasileira.

4 Escolas Protestantes e Educação Feminina

A chegada dos missionários protestantes ao Brasil no século XIX marcou uma nova fase no desenvolvimento da educação feminina, apresentando uma alternativa ao modelo educacional católico predominante. Segundo Almeida (2007, p.123), no século XIX, o sistema capitalista dos Estados Unidos expandiu-se para países-alvo através de missões religiosas, adotando uma política externa agressiva e utilizando ideais liberais para promover seu pensamento, estilo de vida, crença religiosa, visão de mundo, postura ética e hábitos de trabalho e poupança. Esses valores foram disseminados principalmente por meio das igrejas e das instituições escolares. Dessa forma, as escolas protestantes, fundamentadas nos ideais liberais e nas missões religiosas, trouxeram novas perspectivas e práticas pedagógicas que, embora ainda vinculadas à religião e aos papéis morais impostos aos gêneros, ofereciam uma abordagem mais ampla e diversificada em relação à educação das mulheres.

Enquanto a Igreja Católica no Brasil mantinha uma abordagem educativa centrada na doutrinação religiosa e na manutenção da ordem social estabelecida, as missões protestantes introduziram uma perspectiva que valorizava a alfabetização e o desenvolvimento intelectual de forma mais ampla. A educação católica enfatizava a formação moral e religiosa com um forte foco na obediência e na preservação dos valores tradicionais. Segundo Almeida (2007, p.141), “a criação de escolas ao lado de igrejas tinha sua razão de ser devido ao fato de que o pastor presbiteriano devia conjugar sua missão sobre a catequese dos corpos, modelar o espírito a se tornar apto a receber a palavra de Deus”. Dessa forma, a alfabetização era imprescindível para a leitura da Bíblia. Esse contraste ficava evidente no fato de que o catolicismo, com sua hierarquia rígida e foco na manutenção da tradição, ainda mantinha a Bíblia em latim, tornando-a inacessível ao povo. Assim, as missões protestantes trouxeram uma visão educacional que, embora ainda religiosa, estava mais alinhada com os ideais liberais e progressistas da época.

A educação feminina nas escolas protestantes, embora ainda firmemente enraizada em princípios religiosos e morais, oferecia uma alternativa ao modelo católico predominante. Essas instituições enfatizavam a alfabetização e o desenvolvimento intelectual das mulheres, buscando capacitá-las não apenas para os papéis tradicionais de esposas e mães, mas também para uma participação mais ativa na sociedade. Silva (2015, p.164) observa que a Reforma Protestante, apesar de não ter transformado radicalmente as concepções e práticas femininas, trouxe mudanças substanciais nas representações e nos papéis designados às mulheres, comparados com a visão predominante no catolicismo medieval. No entanto, essa abordagem ainda estava vinculada aos papéis morais impostos aos gêneros e à manutenção de valores religiosos específicos. Embora proporcionassem algumas oportunidades adicionais em comparação com as escolas católicas, as escolas protestantes também operavam dentro de um contexto de restrições sociais e culturais que limitavam o pleno desenvolvimento e a emancipação das mulheres.

Para Silva (2015, p.165),

(...) com um forte apelo às atividades intelectuais e à moderação dos costumes e do comportamento, a Reforma Protestante atraiu um significativo contingente de mulheres, destacando-se algumas delas em atividades magisteriais e filantrópicas. Acusado como religião de mulheres, “refúgio de mulheres,” o protestantismo, no entanto, manteve limites claros no que tange à participação feminina: conquistaram junto com os homens uma nova relação como fiéis, mas ainda desiguais, pois o ministério pastoral continuava um privilégio masculino, o acesso feminino foi negado, temendo-se uma completa inversão de costumes e as críticas dos “papistas” e de outros protestantes mais conservadores no campo das relações de gênero.

Almeida (2011, p.149) observa que os missionários norte-americanos, apesar de suas medidas econômicas de investimento, apoiavam ideais democráticos e libertários, compatíveis com as lutas feministas por igualdade educacional entre os sexos. As mulheres viam as classes mistas como uma oportunidade de oferecer a meninas a mesma educação que aos meninos, ampliando suas oportunidades educacionais e profissionais. Elas argumentavam que a educação mista promoveria uma convivência harmoniosa entre os sexos e contribuiria para a verdadeira igualdade. No final do século XIX e início do século XX, mulheres com acesso a uma educação tradicional, mas esmerada, tornaram-se defensoras da expansão da escolaridade para o sexo feminino além do lar. Excluídas da escolaridade ao longo da história, as mulheres desse período lutaram por maiores direitos educacionais, acreditando que a igualdade começava com uma educação igual para

ambos os sexos, tanto no ambiente familiar quanto social, concretizada na escola. No entanto, como Huhner (2011, p.469) aponta, as classes mistas não representaram uma coeducação de fato, pois “mesmo em algumas escolas designadas como mistas, meninos e meninas ficavam separados”. Segundo a autora, as escolas protestantes eram mais propensas a manterem turmas mistas, mas isso não era bem aceito pela elite.

Para Almeida (2007, p.139),

(...) o ideário de uma educação que atingisse toda a população e que o ensino de crianças estivesse sob a responsabilidade feminina fez com que as missionárias protestantes fossem principalmente incumbidas do trabalho nas escolas. A concepção do trabalho no magistério como vocação e da glorificação da palavra de Deus, de acordo com o aceso protestante, não poderia alijar da sua realização o sexo feminino, por mais que se apresentasse. Para os protestantes, impedir as mulheres de trabalhar, ao contrário do espírito religioso católico e ainda atrelado ao colonialismo lusitano, que via o trabalho feminino como desairoso, seria também impedir exposição da vontade divina.

Em resumo, as escolas protestantes trouxeram uma nova dimensão para a educação feminina no Brasil, ao mesmo tempo em que refletiam e desafiavam as restrições sociais da época. Embora as mulheres ainda enfrentassem limitações significativas em termos de igualdade de gênero, o protestantismo abriu caminhos para uma maior participação feminina na educação e na sociedade. As missões protestantes promoveram a alfabetização e o desenvolvimento intelectual, preparando as mulheres para papéis mais ativos além dos limites do lar. No entanto, as classes mistas e outras reformas introduzidas pelas escolas protestantes nem sempre resultaram em uma coeducação plena, muitas vezes mantendo separações de gênero. Ainda assim, as contribuições das escolas protestantes para a educação feminina marcaram um importante passo na luta por maiores direitos educacionais e na promoção de uma visão mais inclusiva e progressista da educação.

5 As Escolas Normais e a Feminização do Magistério no Brasil

A primeira escola normal no Brasil, fundada em 1835 em Niterói, era voltada para a formação de professores, refletindo as restrições de gênero predominantes na sociedade brasileira da época. Tanuri (2000, p.64) explica que

(...) a Lei nº 10, de 1835, que criou a escola, determinava: "Haverá na capital da Província uma escola normal para nela se habilitarem as pessoas que se destinarem ao magistério da instrução primária e os professores atualmente existentes que não tiverem adquirido necessária instrução nas escolas de ensino mútuo, na conformidade da Lei de 15/10/1827." A escola seria regida por um diretor, que exerceria também a função de professor, e contemplaria o seguinte

currículo: ler e escrever pelo método lancasteriano; as quatro operações e proporções; a língua nacional; elementos de geografia; princípios de moral cristã. Os pré-requisitos para ingresso limitavam-se a: "ser cidadão brasileiro, ter 18 anos de idade, boa morigeração e saber ler e escrever" (apud Moacyr, 1939b, p. 191). Devido à consagração do método do ensino mútuo na Lei de 1827 e à sua consequente divulgação, as primeiras escolas normais brasileiras reduziam o preparo didático e profissional do mestre à compreensão do referido método (Bastos, 1998).

Nas décadas seguintes, outras escolas normais foram estabelecidas em várias províncias e na Corte. No entanto, as primeiras instituições desse tipo eram exclusivas para homens. A abertura e fechamento dessas escolas dependiam de decisões políticas, resultando em um número limitado de instituições, com poucas matrículas e uma situação precária até os últimos anos do Império (HUHNER, 2011, p.470).

Saviani (2011, p.145) observa que, embora a formação docente normalista tenha sido adotada no Brasil a partir de 1835, ela só adquiriu certa estabilidade após 1870, permanecendo sujeita a contestações durante o século XIX. O autor explica que o padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais foi estabelecido com a reforma da instrução pública do estado de São Paulo em 1890. Para os reformadores, sem professores bem preparados, instruídos nos processos pedagógicos modernos e com conhecimento científico adequado, o ensino não poderia ser regenerador e eficaz. A reforma focou no enriquecimento dos conteúdos curriculares e na criação de escolas-modelo anexas para exercícios práticos. Posteriormente, essa estrutura se expandiu para outras cidades e estados, consolidando o padrão das Escolas Normais em todo o país.

Ao longo das décadas seguintes, com o crescimento da demanda por educação pública e o avanço do liberalismo, houve um impulso significativo para a inclusão feminina na formação docente. Louro (2022, p. 449) aponta que,

(...) ao serem criadas as escolas normais, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar. Mas tal objetivo não foi alcançado exatamente como se imaginava: pouco a pouco, os relatórios iam indicando que, curiosamente, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres que homens.

De acordo com Almeida (2011, p. 152), a feminização do magistério no Brasil ocorreu durante a expansão do campo educacional, quando a mão-de-obra feminina se tornou necessária. Isso ocorreu, entre outras razões, devido aos impedimentos morais para que professores homens educassem meninas e à oposição à coeducação, liderada pelo catolicismo conservador. Essa profissionalização criou uma grande demanda pelo magistério, aliada à expansão das escolas normais nas províncias. Nesse contexto, o

magistério primário, predominantemente feminino, ofereceu às mulheres da classe média a principal oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, com a profissão ganhando dignidade e prestígio social. A educação das mulheres, inicialmente temida, passou a ser desejável, desde que não apresentasse riscos sociais.

Os discursos construídos na época baseavam-se na imagem da mulher como naturalmente apta para cuidar e ensinar, fundamentando-se em ideais tradicionais de gênero que vinculavam o feminino à maternidade e ao cuidado. Essa visão sugeria que as mulheres possuíam um dom nato para a docência, reforçando a ideia de que eram mais pacientes, empáticas e capazes de lidar com crianças. Esse imaginário contribuiu para a feminização do magistério, legitimando a presença predominante das mulheres na educação primária e infantil e, ao mesmo tempo, perpetuando estereótipos de gênero que limitavam as oportunidades profissionais das mulheres a profissões consideradas extensões de suas supostas habilidades naturais de cuidado e ensino.

Louro (2018, p.100) ressalta que

(...) em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado, etc. para que possa ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente.

Embora se façam críticas à feminização do magistério, é inegável que este movimento ajudou a abrir caminho para que futuras gerações de mulheres pudessem aspirar a carreiras além do ensino. No entanto, essa profissão continuou a ser uma das poucas vias de emprego respeitável para mulheres por muitas décadas, ajudando a criar o estigma de que o magistério é uma “vocação de doação”. Como afirma Louro (2018, p.101), “(...) de algum modo, as marcas religiosas da profissão permanecem, mas são reinterpretadas e, sob novos discursos e novos símbolos, mantém-se o caráter de doação e de entrega que já se associava à atividade docente.”

6 Considerações finais

A análise das instituições escolares femininas no Brasil, desde o período colonial até o início do século XX, revela um processo complexo de institucionalização da educação feminina, influenciado profundamente pelas Igrejas Católica e Protestante. A institucionalização, conforme definido por Saviani (2008, p. 28), refere-se à formalização de práticas e atividades que, inicialmente informais, tornam-se organizadas e estruturadas para atender a necessidades sociais permanentes.

A educação nas ordens religiosas católicas, predominantemente através de conventos e recolhimentos, era simultaneamente uma forma de instrução religiosa e um meio de controle social, refletindo normas patriarcais da época. Essas instituições educavam mulheres

principalmente para papéis domésticos e de submissão, enquanto o protestantismo introduziu uma perspectiva mais ampla e progressista, promovendo a alfabetização e o desenvolvimento intelectual. Contudo, ambas as abordagens mantinham restrições e expectativas de gênero.

A Lei de 1827 e o surgimento das escolas católicas e mistas no Império foram passos importantes na expansão das oportunidades educacionais para mulheres, ainda que dentro de limites conservadores. As escolas protestantes trouxeram novas perspectivas pedagógicas, desafiando o modelo educacional católico, mas enfrentaram resistência da sociedade conservadora.

A feminização do magistério, especialmente com a propagação das escolas normais, refletiu uma mudança nas atitudes sociais em relação ao papel das mulheres na educação. As escolas normais, inicialmente voltadas para homens, passaram a incluir mulheres, consolidando a presença feminina no ensino primário e infantil. Essa inclusão foi impulsionada por necessidades econômicas e morais, e legitimada por discursos que associavam as habilidades naturais de cuidado das mulheres à docência.

Apesar das críticas à feminização do magistério, este movimento abriu caminho para futuras gerações de mulheres no mercado de trabalho, embora muitas vezes restringidas a papéis tradicionalmente femininos. A análise revela que a educação feminina no Brasil foi uma ferramenta tanto de dominação quanto de emancipação, refletindo as tensões entre conservação e transformação social.

Este estudo destaca a importância de continuar explorando a evolução das instituições educativas femininas para compreender melhor o papel da educação na construção da sociedade brasileira e na promoção da igualdade de gênero. As transformações históricas analisadas evidenciam a complexidade e a ambiguidade da institucionalização da educação feminina, que simultaneamente perpetuou e desafiou as normas patriarcais da época.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. **Ler as letras: porque educar meninas?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Campinas: Autores Associados, 2007.

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (Orgs.). **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

ALMEIDA, J. S. de. Professoras virtuosas; mães educadas: retratos de mulheres nos tempos da república brasileira (Século XIX/XX). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 42, p. 143-156, jun. 2011. ISSN: 1676-2584.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2022. 6ª reimpressão.

CARRA, P. R. A. Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 2, p. 548-570, mai./ago. 2019.

CASIMIRO, A. P. B. S. Igreja, educação e escravidão no Brasil Colonial. **Revista Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, BA, v. 7, n. 1, p. 85-102, 2007.

HAHNER, J. E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 523-540, maio/ago. 2011.

LAGE, A. C. P. Dos conventos e recolhimentos para os colégios de freiras: as diferenças da educação feminina católica nos séculos XVIII e XIX. **Educação em Revista**, v. 32, n. 3, p. 1-23, jul./set. 2016.

LOPES, E. M. T. Relações coloniais como relações educativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 5, n. 10, p. 82-94, maio/ago. 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2018. 6ª reimpressão.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2022. 6ª reimpressão.

MANOEL, I. A. Os colégios das freiras francesas: um exemplo das relações entre Igreja Católica e Estado no Brasil (1859-1919). In: CARVALHO, C. H. de; NETO, W. G. (Orgs.). **Estado, Igreja e Educação**. Campinas, SP: Alinea, 2010.

RODRIGUES, L. M. P. **A instrução feminina em São Paulo: subsídios para sua história até a proclamação da república**. São Paulo: Faculdade de Filosofia "Sedes Sapientiae", Escolas Profissionais Salesianas, 1962.

ROSA, M. S. S. Educação das mulheres na história do Brasil: a contribuição de Heleieth Saffioti. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 12, n. 1, p. 63-75, 2020.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, n. 4, p. 27, jan./dez. 2005.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no

contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SILVA, E. da. As mulheres protestantes: educação e sociabilidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Ano VII, n. 21, p. 161-190, jan./abr. 2015.